

HUGO DE BRITO  
MACHADO SEGUNDO

# MANUAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO

**13<sup>a</sup>**  
*edição* Revista e  
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 10.02.2023
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2023 by  
Editora Atlas Ltda.  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M134m  
13. ed.

Machado Segundo, Hugo de Brito  
Manual de direito tributário / Hugo de Brito Machado Segundo. – 13. ed. – Baureri [SP]: Atlas, 2023.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-5977-487-6

1. Direito tributário – Brasil. I Titulo.

23-82517

CDU: 34:351.713(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>1</b>
1.1. Sociedades humanas, poder político e tributo.....	1
1.2. O Estado e os recursos necessários à sua manutenção.....	4
1.2.1. Tributo e redução de desigualdades.....	8
1.3. Poder e competência .....	15
1.4. Atribuição de competência e repartição de receita.....	17
1.5. Direito Público, Direito Financeiro e Direito Tributário.....	18
<b>CAPÍTULO 2 – DIREITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>21</b>
2.1. Conceito de Direito Tributário .....	21
2.2. Posição, denominações e autonomia .....	22
2.3. Ciência do Direito Tributário e ramos do conhecimento não jurídico relacionados .....	24
2.3.1. A “Ciência do Direito Tributário” .....	25
2.4. Fontes do Direito Tributário .....	27
2.4.1. Explicações preliminares.....	27
2.4.2. Fontes materiais.....	28
2.4.3. Fontes formais .....	29
2.5. Tributo: conceito e espécies.....	30
2.5.1. Conceito de tributo .....	30
2.5.2. Espécies de tributo.....	39
2.5.2.1. Classificações possíveis .....	39
2.5.2.2. Impostos .....	39
2.5.2.3. Taxa .....	40
2.5.2.4. Contribuição de melhoria.....	41
2.5.2.5. Empréstimo compulsório .....	42
2.5.2.6. Contribuições.....	43
2.6. Tributação oculta.....	44
2.7. Funções do tributo .....	46

<b>CAPÍTULO 3 – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR .....</b>	<b>49</b>
3.1. Noções gerais.....	49
3.2. Legalidade .....	51
3.2.1. Legalidade e medida provisória .....	55
3.3. Isonomia.....	55
3.4. Irretroatividade.....	57
3.5. Anterioridade.....	61
3.6. Não confisco .....	65
3.7. Liberdade de tráfego .....	67
3.8. Imunidades .....	68
3.8.1. Imunidades, isenções e não incidência.....	68
3.8.2. Imunidades e impostos.....	71
3.8.3. Imunidades do art. 150, VI, da Constituição Federal .....	71
3.8.4. Outras imunidades .....	80
3.9. Limitações dirigidas à União.....	81
3.10. Limitações voltadas a Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.....	83
3.11. O dever fundamental de pagar tributos.....	84
3.12. Outros princípios da tributação.....	84
3.12.1. Capacidade contributiva .....	85
3.12.2. Não cumulatividade .....	87
3.12.3. Seletividade.....	92
3.12.4. Progressividade .....	95
3.12.5. Praticabilidade .....	96
3.12.6. Vedação à bitributação e ao <i>bis in idem</i> .....	97
3.12.7. Segurança jurídica.....	99
<b>CAPÍTULO 4 – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>101</b>
4.1. Conceito .....	101
4.2. Vigência e aplicação da legislação tributária.....	105
4.3. Interpretação da legislação tributária.....	108
4.4. Integração da legislação tributária.....	112
<b>CAPÍTULO 5 – OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>117</b>
5.1. Conceito e espécies .....	117
5.2. Fato gerador.....	120
5.2.1. Norma geral antielisão .....	122
5.3. Sujeito ativo .....	129
5.4. Sujeito passivo .....	130

5.4.1. Solidariedade.....	133
5.4.2. Domicílio tributário .....	135
5.5. Responsabilidade tributária.....	136
5.5.1. Noções gerais.....	136
5.5.2. Responsabilidade de sucessores.....	141
5.5.3. Responsabilidade de terceiros.....	149
5.5.4. Responsabilidade por infrações.....	154
5.5.4.1. Denúncia espontânea .....	156
<b>CAPÍTULO 6 – CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>163</b>
6.1. Conceito e natureza jurídica.....	163
6.2. Constituição do crédito tributário pelo lançamento.....	165
6.2.1. Noções gerais.....	165
6.2.2. Modalidades de lançamento .....	170
6.2.2.1. Lançamento de ofício.....	170
6.2.2.2. Lançamento por declaração .....	172
6.2.2.3. Lançamento por homologação .....	172
6.2.3. Controle de legalidade do lançamento .....	176
6.3. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário .....	182
6.3.1. Noções gerais.....	182
6.3.2. Moratória e parcelamento .....	182
6.3.3. Depósito de seu montante integral.....	186
6.3.4. Reclamações e recursos administrativos.....	187
6.3.5. Liminar em mandado de segurança e tutelas provisórias em outras espécies de ação judicial.....	189
6.4. Extinção do crédito tributário.....	191
6.4.1. Noções gerais.....	191
6.4.2. Pagamento .....	191
6.4.2.1. Considerações gerais .....	191
6.4.2.2. Imputação em pagamento.....	194
6.4.2.3. Consignação em pagamento.....	196
6.4.2.4. Pagamento indevido e restituição.....	198
6.4.2.4.1. A questão da restituição do indébito relativo a tributos ditos “indiretos” .....	200
6.4.2.4.2. Prazo aplicável e demais aspectos do pedido de restituição.....	209
6.4.3. Compensação.....	216
6.4.4. Transação.....	219
6.4.5. Remissão .....	220

6.4.6.	Decadência .....	221
6.4.7.	Prescrição .....	223
6.4.8.	Conversão do depósito em renda.....	225
6.4.9.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento .....	227
6.4.10.	Decisão administrativa irreformável.....	228
6.4.11.	Decisão judicial passada em julgado.....	228
6.4.12.	Dação em pagamento.....	229
6.5.	Exclusão do crédito tributário.....	229
6.5.1.	Noções gerais.....	229
6.5.2.	Isenção .....	230
6.5.3.	Anistia.....	234
6.6.	Garantias e privilégios do crédito tributário.....	235
<b>CAPÍTULO 7 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>		<b>243</b>
7.1.	Fiscalização. Fundamento constitucional e limites à sua atuação.....	243
7.1.1.	Dívida ativa.....	248
7.1.1.1.	O protesto de CDA .....	250
7.1.2.	Certidões de regularidade fiscal.....	251
<b>CAPÍTULO 8 – EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA .....</b>		<b>255</b>
8.1.	Noções gerais.....	255
8.2.	Impostos federais.....	257
8.2.1.	Imposto de importação.....	257
8.2.2.	Imposto de exportação .....	259
8.2.3.	Imposto de Renda.....	260
8.2.4.	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	269
8.2.5.	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros.....	271
8.2.6.	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).....	273
8.2.7.	Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) .....	275
8.2.8.	Impostos residuais e extraordinários.....	277
8.2.8.1.	Impostos residuais .....	277
8.2.8.2.	Impostos extraordinários.....	278
8.3.	Impostos estaduais.....	279
8.3.1.	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD).....	279
8.3.2.	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e à prestação de serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal (ICMS) .....	282
8.3.3.	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) .....	289
8.4.	Impostos municipais .....	290

8.4.1.	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)...	290
8.4.2.	Imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI).....	293
8.4.3.	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).....	294
8.5.	Taxas e contribuições de melhoria .....	299
8.5.1.	Taxas.....	299
8.5.2.	Contribuições de melhoria.....	303
8.6.	Empréstimos compulsórios.....	305
8.7.	Contribuições .....	306
8.7.1.	Noções gerais.....	306
8.7.2.	Contribuições e anterioridade .....	306
8.7.3.	Contribuições e lei complementar.....	307
8.7.4.	Espécies de contribuições.....	308
8.7.4.1.	Contribuições sociais .....	308
8.7.4.2.	Contribuições de custeio da seguridade social.....	309
8.7.4.2.1.	A não cumulatividade das contribuições PIS e COFINS .....	310
8.7.4.3.	“Outras” contribuições sociais.....	311
8.7.4.4.	Contribuições de intervenção no domínio econômico ....	312
8.7.4.5.	Contribuições corporativas .....	313
8.7.4.6.	Contribuição de iluminação pública.....	314
8.8.	Simples Nacional.....	316
<b>CAPÍTULO 9 – ILÍCITO TRIBUTÁRIO.....</b>		<b>321</b>
9.1.	Preliminarmente.....	321
9.1.1.	Sanção e prêmio.....	323
9.1.2.	Espécies ou classificações de sanções.....	325
9.1.3.	Cumulação de sanções administrativas e penais .....	327
9.2.	Penalidades administrativas em matéria tributária.....	329
9.2.1.	Fundamento constitucional para a imposição de uma penalidade pecuniária.....	329
9.2.2.	Infrações mais graves, multas mais pesadas.....	334
9.2.3.	Multa proporcional ao valor do tributo, quando este não é devido .....	336
9.2.4.	A alegada “responsabilidade objetiva” pela prática de infrações administrativas.....	338
9.2.5.	Conteúdo das sanções: critérios e limites .....	340
9.2.6.	Interpretação dos textos normativos que veiculam sanções.....	342
9.2.7.	Sanções administrativas e o princípio da legalidade.....	344
9.2.8.	Denúncia espontânea da infração.....	344

9.2.9.	Sanções administrativas e devido processo legal. As chamadas “sanções políticas” .....	346
9.2.10.	Descumprimento ao art. 212 do CTN por parte do Fisco e infrações decorrentes do desconhecimento da legislação.....	348
9.3.	Direito Penal Tributário .....	351
9.3.1.	Noções gerais .....	351
9.3.2.	Apropriação indébita previdenciária .....	351
9.3.3.	Excesso de exação .....	356
9.3.4.	Sonegação de contribuição previdenciária .....	357
9.3.5.	Descaminho .....	357
9.3.6.	Disposições da Lei 8.137/90.....	358
9.3.7.	Prévio exaurimento da via administrativa .....	362
9.3.8.	Lançamentos baseados em presunções e reflexos no âmbito penal.....	367
9.3.9.	Concurso de crimes e crime continuado .....	369
9.3.10.	A necessidade do dolo.....	370
9.3.11.	Denúncia genérica e crimes praticados no âmbito de pessoas jurídicas.....	372
9.3.12.	Inexigibilidade de conduta diversa .....	374
9.3.13.	Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	375
9.3.14.	Direito ao silêncio e o dever de informar .....	375
<b>CAPÍTULO 10 – NOÇÕES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO .....</b>		<b>377</b>
10.1.	Noções preliminares.....	377
10.2.	Lançamento.....	378
10.2.1.	Natureza e espécies.....	378
10.2.2.	Procedimento preparatório do lançamento de ofício revisional... ..	378
10.2.3.	Lançamento. Requisitos .....	381
10.2.4.	Impugnação.....	382
10.2.5.	Julgamento de primeira instância.....	384
10.2.6.	Recurso voluntário e remessa de ofício.....	385
10.2.7.	Julgamento de segunda instância.....	385
10.2.8.	Recursos excepcionais.....	387
10.2.9.	Decisão administrativa definitiva e discussão judicial.....	388
10.2.10.	Decisão administrativa definitiva e rediscussão na via administrativa .....	389
10.2.11.	Agravamento da exigência e devido processo legal.....	390
10.2.12.	Inscrição em dívida ativa .....	391
10.3.	Processos de reconhecimento de direito.....	392



10.3.1. Noções gerais .....	392
10.3.2. Reconhecimento e cancelamento de imunidades e isenções individuais .....	392
10.3.3. Restituição e compensação.....	394
10.3.4. Moratória e parcelamento .....	395
10.3.5. Exclusão do Simples Nacional.....	396
10.3.6. Consulta fiscal .....	397

## **CAPÍTULO 11 – NOÇÕES DE PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO .....** 399

11.1. Aspectos fundamentais.....	399
11.2. Ações de iniciativa do fisco e ações de iniciativa do contribuinte .....	400
11.3. Ações de iniciativa do fisco.....	401
11.3.1. Execução fiscal.....	401
11.3.1.1. Corresponsáveis.....	402
11.3.1.2. Exceção de pré-executividade.....	405
11.3.1.3. Garantia da execução.....	405
11.3.1.4. Oposição de embargos e suspensão da execução.....	408
11.3.1.5. Honorários de sucumbência nas execuções não embargadas.....	409
11.3.1.6. Suspensão da execução e prescrição intercorrente.....	411
11.3.2. Cautelar fiscal .....	412
11.4. Ações de iniciativa do contribuinte .....	416
11.4.1. Embargos do executado.....	416
11.4.2. Mandado de segurança .....	420
11.4.2.1. Noções gerais.....	420
11.4.2.2. Cabimento em matéria tributária.....	422
11.4.2.3. Mandado de segurança e compensação .....	422
11.4.2.4. Mandado de segurança coletivo.....	424
11.4.2.5. Impetração preventiva e mandado de segurança contra “lei em tese”.....	425
11.4.2.6. Medida liminar.....	426
11.4.2.7. O pedido de suspensão de liminar e de suspensão de segurança.....	428
11.4.2.8. Participação do MP.....	429
11.4.2.9. Sentença e recursos .....	429
11.4.3. Ação anulatória .....	430
11.4.4. Ação declaratória.....	432
11.4.5. Ação de repetição do indébito .....	435
11.4.6. Ação de consignação em pagamento .....	438

11.5. Ações da coletividade .....	439
11.5.1. Nota distintiva .....	439
11.5.2. Ação popular.....	440
11.5.3. Ação civil pública.....	440
11.6. Controle concentrado de constitucionalidade.....	441
11.6.1. Natureza e finalidade.....	441
11.6.2. ADI e ADC.....	442
11.6.3. ADPF.....	444

## **CAPÍTULO 12 – NOÇÕES DE DIREITO FINANCEIRO .....** 447

12.1. Conceito de Direito Financeiro .....	447
12.2. Receita pública .....	450
12.2.1. Conceito.....	450
12.2.2. Espécies.....	451
12.2.2.1. Receitas extraordinárias e receitas ordinárias.....	451
12.2.2.2. Receitas originárias e receitas derivadas .....	451
12.2.2.3. Receitas correntes e receitas de capital.....	453
12.2.3. Repartição constitucional de receitas.....	454
12.3. Orçamento .....	455
12.3.1. Noções gerais.....	455
12.3.2. Espécies de orçamento.....	457
12.3.3. Orçamento e controle da atividade financeira do Estado.....	458
12.4. Despesa pública.....	458
12.4.1. Despesas correntes.....	459
12.4.2. Despesas de capital.....	460
12.5. Dívida pública .....	460
12.6. Princípios de Direito Financeiro .....	461
12.6.1. Princípio da exclusividade.....	461
12.6.2. Princípio da programação.....	461
12.6.3. Princípio do equilíbrio.....	462
12.6.4. Princípio da anualidade.....	462
12.6.5. Princípio da unidade.....	462
12.6.6. Princípio da universalidade.....	463
12.6.7. Princípio da legalidade .....	463
12.6.8. Princípio da transparência .....	463
12.6.9. Princípio da publicidade.....	464
12.6.10. Princípio da quantificação .....	464
12.6.11. Princípio da não vinculação.....	464

12.7. Algumas notas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	466
12.7.1. Aspectos gerais.....	466
12.7.2. Exigências relativas ao orçamento.....	467
12.7.3. Exigências relativas à receita pública (e à sua renúncia).....	468
12.7.4. Exigências relativas à despesa pública.....	469
12.7.5. Transferências voluntárias.....	469
12.7.6. LRF e dívida pública.....	470
12.7.7. Transparência, controle e fiscalização na LRF.....	470
12.8. O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff e o Direito Financeiro.....	471
12.9. Estabelecimento de um teto para as despesas públicas.....	473
12.10. A sistemática de precatórios e o endividamento dos entes federativos periféricos.....	476
12.10.1. Adimplemento de Precatórios e Estado de Direito.....	479
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>481</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....</b>	<b>493</b>